
**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS
E DOS SISTEMAS ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 12ª REUNIÃO**

Data: 12 de julho de 2007.

Local: Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU/MMA, Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério dos Transportes - MT: ausência
- Ministério do Meio Ambiente – SRHU: Béríte Carmo Cabral (berites.cabral@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Joaquim Gondim (joaquim@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SEMUC: Ademilson Zamboni (ademilson.zamboni@mma.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia - MME: Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos (christina@mme.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional - MI: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério das Cidades - MCidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@ciudades.gov.br)
- Ministério do Turismo - MTur: ausência
- Ministério da Defesa - MD: ausência
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – ES/MG: Aline Nunes Garcia (aline.iema@yahoo.com.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – RJ/SP: Lina Maria Aché (sma.linaa@cetesbnet.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – BA/CE: Cesar Augusto Pinheiro – Conselheiro (cesarpinheiro@srh.ce.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PR/MT: ausência
- Usuário/Indústria: Celso Garagnani (garagnani@terra.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - CBHs: Rosa Maria O. M. Mancini (sma.rosam@cetesbnet.sp.gov.br)
- Organizações Não-Governamentais - ONGs: Andréa Paula de Carestiato Costa (andreacarestiato@institutoipanema.net)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa - OTEPs: Luiz Fernando Cybis – Conselheiro (lfcybis@uol.com.br)

DEMAIS PRESENTES:

- Antonio Edson Guimarães Farias (MME) – antonio.farias@mme.gov.br
- Cilene de Freitas (Elabore Consultoria de Meio Ambiente) – cilene.freitas@elabore.com.br
- Daniel Martinelli Duarte (SRHU/MMA) – daniel.duarte@mma.gov.br
- Gilberto Fonseca Barroso (UFES/ES) – gfbarroso@gmail.com
- Jean Franco Schmitt (SEAP/PR) – jfschmitt@seap.gov.br
- João Climaco - Conselheiro (Conselho Popular de Defesa dos Direitos Humanos dos Moradores do Bairro Felicidade/MG - ONG) – climaco@uai.com.br
- João Luiz Nicolodi (GERCOM/SEMUC/MMA) - joao.nicolodi@mma.gov.br
- Jorge A. Pimentel Filho (ANA) – jorge.filho@ana.gov.br
- Laestanslaula Souza da Silva (SRHU/MMA) – laestanslaula.silva@mma.gov.br
- Marcus Vinícius Neves M. Barros (SEAP/PR) – marcusvinicius@seap.gov.br
- Maria de Fátima Araújo Paiva (Codevasf) – maria.paiva@codevasf.gov.br
- Mário Cesar B. de Oliveira (GERCOM/SEMUC/MMA) – mario-cesar.oliveira@mma.gov.br
- Roberto Alves Monteiro (SRHU/MMA) – roberto.monteiro@mma.gov.br
- Vanessa Maria Mamede Cavalcanti (DNPM) - vanessa@uol.com.br

53

54 **RELATORIA:**

55 - Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA) – rachel.siqueira@mma.gov.br

56

57 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

58 Item 1 – Abertura / Aprovação da minuta de ata da 11ª reunião: No dia 12 de julho de 2007,
59 com início às 9h25, a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos
60 Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST do Conselho Nacional de Recursos Hídricos –
61 CNRH realizou sua 12ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência do Sr.
62 **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)**, tendo como relatora a Sra. **Rachel Landgraf de**
63 **Siqueira (SRHU/MMA)**, da Secretaria Executiva do CNRH. Após alterações nas linhas 68 e
64 109 da minuta encaminhada previamente, a ata foi aprovada. Item 2 – Informes gerais: 1- O Sr.
65 **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)** informou que o Item 5 da pauta não aconteceria pelo
66 fato do Sr. Leonardo Mitre (ANA/MMA) ter tido um imprevisto, o que dificultou sua ida à
67 reunião. Sugeriu, então, que ao momento do Item 5 fosse discutida a possível participação da
68 CTCOST no 9º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, em outubro deste ano.
69 2- A Sra. **Christina Elizabeth (MME)** demonstrou interesse em obter informações adicionais
70 sobre o “4º Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de
71 Expressão Portuguesa”, organizado pela Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos
72 (APRH), o qual seria realizado de 17 a 19 de outubro de 2007, em Portugal (Funchal/região da
73 Madeira). Gostaria, também, que a CTCOST realizasse gestão para promover a presença de
74 representantes da Câmara no evento. O Sr. **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)** disse que
75 falaria com a Sra. Thereza Rosso, representante do Brasil responsável pela organização do
76 encontro, inclusive, também representante das OTEPs nesta Câmara, para enviar uma carta
77 convite à CTCOST. 3- O Sr. **João Nicolodi (SEMUC/MMA)** informou sobre a 24ª Reunião da
78 Comissão Oceanográfica Internacional (COI), ocorrida entre os dias 18 e 26 de junho deste ano,
79 em Paris/França. O Brasil foi representado pelos Ministérios do Meio Ambiente e Defesa – no
80 caso a Marinha, e pela delegação brasileira permanente na Unesco – Organização das Nações
81 Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Foi discutida, basicamente, a reestruturação do
82 plano de médio prazo da Comissão. O plano foi dividido em quatro eixos temáticos principais,
83 os quais foram chamados de objetivos de alto nível. Entre esses objetivos estava a gestão
84 costeira integrada, onde havia sido enfatizado um projeto já apoiado pela COI, no âmbito da
85 Unesco, que era sobre a integração de zona costeira e recursos hídricos. Pela percepção do Sr.
86 **João Nicolodi (SEMUC/MMA)** e pelos comentários por ele ouvidos, o assunto “integração”
87 foi mais bem cotado nesta reunião da Comissão em relação às demais já ocorridas – pela
88 primeira vez a COI havia dado um maior enfoque à questão interna da zona costeira. O Sr.
89 **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)** complementou, explicando o porquê da COI ter
90 mudado um pouco a abordagem de trabalho para a área interna da zona costeira. O modo
91 “Ciência”, aportado pela Unesco, corresponde à apenas três por cento do orçamento da
92 organização. Desses três por cento, um é para a COI. Sendo assim, grande parte dos recursos
93 para o funcionamento da Comissão e para os projetos que ela apóia vem dos países que a
94 compõem. Com a forte discussão sobre as consequências de *tsunamis* em terra e sobre
95 Mudanças Climáticas, a recuperação ambiental da área interna da zona costeira ficou em
96 evidência. Na COI, existem os países que contribuem e aqueles que recebem os recursos. O
97 Brasil tem aportado recursos para o monitoramento dos oceanos. Já no caso da China, Estados
98 Unidos, Canadá e Austrália, por exemplo, são enfocadas as águas doces pela urgência da
99 reabilitação do meio ambiente. Por isso, durante a reunião da COI, esse tema foi tão relevante.
100 Será possível, então, que, em médio prazo, sejam abertas linhas de programas onde os países
101 possam se habilitar para serem apoiados em seus projetos nacionais para a integração de gestão
102 de zona costeira e bacias hidrográficas. 4- O Sr. **Mário César (SEMUC/MMA)** falou da
103 aprovação do GEF Mangue (Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade de Manguezais),
104 coordenado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, com direção para as

105 Unidades de Conservação. GEF (*Global Environment Facility*) é o Fundo Global para o Meio
106 Ambiente. Objetivo de Desenvolvimento do GEF Mangue: conservação e uso sustentável de
107 ecossistemas manguezais do Brasil, seus serviços e funções ambientais, promovidos para o
108 desenvolvimento nacional e o bem-estar das comunidades tradicionais da zona costeira.
109 Objetivo de Impacto: efetiva conservação de uma amostra representativa de ecossistemas
110 manguezais no Brasil, testada em áreas piloto. O projeto terá um período de funcionamento de
111 cinco anos, quatro componentes e várias ações. O desenho dos componentes, demonstrado por
112 *slides*, revelou a intenção de ecologia integrada ao ambiente urbano (apresentação anexa a esta
113 ata). Um mapa com as áreas que serão intervindas foi apresentado. Para a CTCOST haverá
114 interesse na área piloto demonstrada no “Mosaico 4: Paraíba – integração da bacia hidrográfica
115 e o manguezal - APA de Mamanguape”. Ou seja, a Câmara terá a oportunidade de utilizar esse
116 projeto para estender os estudos sobre integração, à semelhança do que ocorre no Espírito
117 Santo. [Item 3 – Análise das contribuições recebidas à versão 9 da proposta de Resolução que](#)
118 [estabelece aspectos adicionais que devem ser incluídos nos planos de recursos hídricos de](#)
119 [regiões que contenham trechos da zona costeira \(sugestões recebidas dos Conselhos Estaduais](#)
120 [de Recursos Hídricos e de Comitês de Bacia Hidrográfica situados em região costeira, e das](#)
121 [Coordenações Estaduais de Gerenciamento Costeiro – GERCO\)](#): A Sra. **Rachel Landgraf**
122 **(SRHU/MMA)** explicou que, como foi orientado na reunião anterior, encaminhou a proposta a
123 todos os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográfica situados
124 em região costeira, e às Coordenações Estaduais de Gerenciamento Costeiro – GERCOs. Os
125 ofícios (Of. Circ. nº 13/2007/CTCOST/CNRH/MMA) começaram a ser expedidos em 28 de
126 maio, sendo que o prazo final para recebimento de contribuições foi 28 de junho. A CTCOST
127 recebeu cinco sugestões ao texto das seguintes fontes: CBHs costeiros de SP - Baixada Santista,
128 Litoral Norte e Ribeira de Iguape/Litoral Sul; CBH Rio Una/PE; Comitê Araranguá/SC; GI-
129 GERCO Niterói/RJ (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos); e GERCO/ES. Outras
130 respostas, dizendo que o texto não precisava de alterações: Comitê do Itajaí/SC; Comitê Baixo
131 Jacuí/RS; e GERCO/PB. A Sra. **Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** também esclareceu que,
132 naquele momento, estaria distribuindo uma outra versão da proposta com as contribuições
133 (Versão 10.2), pois após a convocação daquela reunião da CTCOST ainda recebeu respostas. A
134 Sra. **Christina Elizabeth (MME)** revelou que não se sentia à vontade para opinar sobre itens
135 não debatidos entre seus pares no MME. Diante da insegurança de alguns presentes em analisar
136 a nova versão naquele momento, o Sr. **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)** adiantou que,
137 diferentemente como haviam pensado, o GT Base Territorial, em reunião no dia anterior,
138 chegou à conclusão que não seria conveniente aprovar a Resolução sobre Planos sem as
139 indicações da base territorial. Isso porque ela não teria aplicabilidade e ficaria enfraquecida. A
140 Sra. Rosa Mancini (CBHs) disse que esse mesmo pensamento foi refletido na reunião que teve
141 com os comitês de São Paulo. Com isso, esta proposta ficaria em espera até que o GT Base
142 Territorial avance mais nos trabalhos. Em continuação a esse assunto, passou-se logo para o
143 próximo item da pauta. [Item 4 – Relato do Grupo de Trabalho “Base Territorial”](#): O Sr. **João**
144 **Nicolodi (SEMUC/MMA)** contextualizou a reunião do grupo no dia anterior, quando a
145 participação foi bem representativa. Enfatizou que, apesar do tempo disponibilizado até o
146 momento para a discussão de uma base territorial comum, o objetivo do GT é propor
147 delimitações claras e definições simples, ou seja, conteúdo enxuto, independentemente se estará
148 dentro da Resolução sobre Planos, como seu anexo, ou como uma Resolução independente. O
149 Sr. **Gilberto Barroso (UFES)** apresentou o estágio dos estudos feitos para o GT e sobre os
150 dados já coletados (apresentação anexa a esta ata). Explicou sobre: [justificativa do recorte](#)
151 [\(unidade hidrográfica; porção marinha; e aspectos legais\)](#); [caracterização dos sistemas fluviais e](#)
152 [marinhos](#) (fisiografia da unidade hidrográfica; ambiente sócio-econômico da unidade
153 hidrográfica; fisiografia da unidade costeira adjacente; e ambiente sócio-econômico da zona
154 costeira adjacente); [indicadores e critérios](#) (zonas para gestão integrada; critérios para
155 delimitação das zonas de gestão para integração de bacias hidrográficas e área costeira
156 adjacente; definição de estuário; compartimentos do sistema estuarino; estratégia simplificada

157 de avaliação espacial da salinidade em estuários; avaliação longitudinal da salinidade em
158 sistema estuarino; estratégica simplificada de avaliação da dinâmica salina em estuários; região
159 hidrográfica litoral central; e extensão dos canais fluviais na bacia do rio Piraquê-açu e Piraquê-
160 mirim); dificuldades e restrições (diferenças de culturas; delimitação do nível 4 das Ottobacias;
161 inércia administrativa; informações insuficientes sobre os sistemas fluviais, marinhos e sócio-
162 econômicos; e falta de conhecimento sobre o funcionamento dos ecossistemas); e
163 questionamentos (desenvolvimento e aplicação de métodos hidro-ecológicos; adequação dos
164 limites terrestres e aquáticos para a gestão integrada; e funcionalidade das zonas de gestão).
165 Após a apresentação, os presentes expuseram suas dúvidas e sugestões ao trabalho do GT,
166 propondo, entre outros, um item sobre metodologia de aplicação das informações para a
167 definição do território de integração de gestões, o qual será inovador e demandará explicações.
168 O Sr. **João Clímaco (ONGs)** citou a recente alteração da área de amortecimento da região de
169 Abrolhos, na Bahia, por meio de decisão judicial. Ressaltou a responsabilidade dos membros
170 dessa CT na criação de normativas e como formuladores de uma política de grande importância
171 social relacionada ao ambiente costeiro, de forma que possa subsidiar decisões para o uso
172 sustentável dessas regiões onde acontecem conflitos e pressão do uso econômico dos recursos
173 naturais. Houve intervalo para almoço entre 12h25 e 14h25. Ao retorno, o Sr. **Ademilson**
174 **Zamboni (SEMUC/MMA)** sintetizou as diferentes visões apresentadas pela CTCOST sobre o
175 entendimento da delimitação desse território, em contribuição à proposta apresentada pelo GT.
176 As sugestões da Câmara seriam levadas à próxima reunião do GT para estudos, quando serão
177 feitos exercícios práticos de aplicabilidade. O produto da próxima reunião do GT deveria ser
178 um “passo a passo” de como buscar a definição desse território. Item 5 – Início dos estudos para
179 uma proposta de deliberação que aborde o instrumento de gestão “Outorga de Direito de Uso de
180 Recursos Hídricos” (presença do Sr. Leonardo Mitre, técnico da Agência Nacional de Águas e
181 relator, no âmbito da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e
182 Ações Reguladoras – CTPOAR, do grupo de trabalho que construiu a Resolução CNRH nº 65 -
183 Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de
184 uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental): Cancelado. Este
185 item foi substituído pela discussão da participação da CTCOST no 9º Fórum Nacional de
186 Comitês de Bacias Hidrográficas, que seria realizado de 23 a 27 de outubro de 2007, em Foz do
187 Iguaçu/PR. A intenção seria de, além de realizar uma de suas reuniões, promover um curso de
188 cerca de seis horas sobre integração de gestão de políticas de recursos hídricos e de
189 gerenciamento costeiro. Seria uma grande momento para atingir todos os comitês em um único
190 local. Também poderiam ser convidados representantes dos GERCOs. O curso teria o intuito de
191 mostrar o que existe de legislação sobre recursos hídricos e gerenciamento costeiro, a
192 importância da integração dessas políticas e o que está sendo feito para que isso acontece
193 (atuação da CTCOST). O Sr. **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)** apresentou uma proposta
194 de conteúdo para o curso, o que deveria ser definido posteriormente, juntamente com a
195 metodologia, pessoas para ministrar, custos, logística e quantidade de vagas. A Sra. **Rosa**
196 **Mancini (CBHs)** informou que, em 23 de agosto, na cidade de Salvador/BA, aconteceria
197 reunião da coordenação do Fórum e que esta poderia subsidiar as decisões para o curso. Ficou
198 acordado, então, que a CTCOST seria informada de detalhes da proposta do curso na próxima
199 reunião da CT ou por mensagens eletrônicas enviadas pela relatora da CTCOST. O Sr. **Luiz**
200 **Cybis (OTEPs)**, que faz parte da coordenação do evento, esclareceu que o Fórum também
201 recebe, além de técnicos de comitês de bacias, estudantes e não-entendidos das políticas e
202 ciências que abordam Recursos Hídricos. Portanto, a linguagem deveria ser clara e simples. O
203 Sr. **João Clímaco (ONGs)** mostrou a necessidade de serem criadas condições para a garantia
204 da presença de representantes da sociedade civil nos eventos patrocinados com dinheiro
205 público, haja vista que a sociedade é, por último, a financiadora desses eventos através da
206 aplicação dos impostos. Esclareceu que, quando fala sociedade civil, não se refere
207 genericamente ao que consta da Lei nº 9.433/97, e sim a consideração de inserção das
208 organizações sociais civis e ONGs que atuam nos comitês de bacia. Haveria de se considerar,

209 inclusive, a proporcionalidade da participação dessas entidades em relação ao recursos públicos
210 aplicados. Item 6 – Encaminhamento dos trabalhos / encerramento: O Sr. **Luiz Cybis (OTEPs)**
211 registrou a dificuldade, por parte da SRHU/MMA, no processo de emissão de passagens para a
212 presença na CTCOST. Disse que a burocracia e lentidão nas ações o tem prejudicado, a
213 exemplo do que ocorreu na última reunião da CTCOST: sua ausência. Pediu que a Câmara
214 desconsiderasse sua falta, já que o Regimento Interno do CNRH prevê penalidades. Foi
215 esclarecido que a Câmara não pode alterar regras deliberadas pelo plenário do Colegiado, mas
216 que essa situação seria relatada ao gabinete da Secretaria, até porque não era a primeira queixa
217 registrada. Para a próxima reunião, deveria haver nova tentativa para o início dos estudos sobre
218 “Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos”. A 13ª reunião da Câmara deveria acontecer
219 em 28/08/2007 e a do GT Base Territorial anteriormente, nos dias 2 e 3/08/2007. Nesse
220 momento, às 16h15, o Sr. **Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA)** agradeceu a presença de
221 todos e encerrou os trabalhos desta 12ª reunião da CTCOST.

222

223 **Resumo das deliberações:**

224 1- Solicitar à Sra. Thereza Rosso, também representante das OTEPs nesta Câmara, o envio de
225 carta convite à CTCOST para o “4º Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas
226 Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa”, organizado pela Associação Portuguesa dos
227 Recursos Hídricos (APRH), o qual seria realizado de 17 a 19 de outubro de 2007, em Portugal
228 (Funchal/região da Madeira).

229 2- **Interromper a análise da proposta de Resolução sobre Planos**, até que o GT Base Territorial
230 avance mais nos trabalhos.

231 3- O **GT Base Territorial** deverá formular, para a próxima reunião da CTCOST, uma proposta
232 metodológica para a aplicação do que foi sugerido pelo grupo - um “passo a passo” de como
233 buscar a definição do território onde deverá ocorrer a integração de gestões de políticas
234 públicas.

235 4- A CTCOST deverá estar presente no **9º Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas**,
236 em outubro de 2007, para promover uma reunião da Câmara e um curso de cerca de seis horas
237 sobre integração de gestão de políticas de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro.
238 Conteúdo para o curso, metodologia, pessoas para ministrar, custos, logística e quantidade de
239 vagas serão definidos posteriormente. A CTCOST será informada de detalhes da proposta do
240 curso na 13ª reunião da CT ou por mensagens eletrônicas enviadas pela relatora da CTCOST.

241 5- Para a próxima reunião, deverá haver nova tentativa para o início do estudo sobre **“Outorga
242 de Direito de Uso de Recursos Hídricos”**.

243 6- **Reuniões:** GT Base Territorial em 2 e 3/08/2007, com possibilidade de acontecer em São
244 Paulo/SP ou Vitória/ES, e CTCOST em 28/08/2007, em Brasília/DF.

245

246 Ata aprovada na 13ª reunião da CTCOST, em 28 de agosto de 2007.

247

248

249

250

251

Ademilson Zamboni
Presidente da CTCOST

Rachel Landgraf de Siqueira
Relatora da CTCOST